



SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES
Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO

EDITAL

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 90057/2026/SMCL/PVH

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014.000099/2026-38

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 036/2026.

PARA OS ITENS DEFINIDOS NESTE EDITAL APLICA-SE O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES. PARTICIPAÇÃO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

AVISO AOS INTERESSADOS

Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório. **Tendo em vista a dificuldade de indicar o código CATMAT com as especificações exatas para o ITEM, informamos que os códigos cadastrados são similares com as necessidades de cada item. De todo modo, as especificações que deverão ser consideradas para efeito de formulação das propostas são aquelas indicadas nos ANEXOS deste EDITAL, não podendo ser alegado desconhecimento de tal condição por parte dos licitantes.**

CONTATOS:

E-mail: equipe.licitacao02@portovelho.ro.gov.br

TELEFONES(69) 3901-6270;

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO CERTAME:

Lilian Mourão – Equipe 02

1. AVISO DE LICITAÇÃO

1.1. PREGÃO ELETRÔNICO N° 90057/2026/SMCL/PVH , TIPO MENOR PREÇO. SRP N° 036/2026.

1.2. OBJETO: Sistema de Registro de Preços - SRP para eventual **Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Uniformes/Calçados**, visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL**.

1.3. VALOR ESTIMADO: R\$ 18.331.272,20 (dezoito milhões, trezentos e trinta e um mil duzentos e setenta e dois reais e vinte centavos).

1.4. DATA DE ABERTURA: 03 de junho de 2026;

HORÁRIO: 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras>

UASG: 925172 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL.

O prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, será condicionado ao artigo 55 da Lei n. 14.133/2021.

1.5. MODO DE DISPUTA: ABERTO

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos: www.portovelho.ro.gov.br e <https://www.gov.br/compras>.

Porto Velho/RO, 18 de maio de 2026

Lilian Moreira de Almeida Mourão
Agente de Contratação/Pregoeiro (a)

2. DAS DISPOSIÇÕES DO PREÂMBULO

2.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL, vem, por intermédio do (Agente de Contratação/Pregoeiro (a)) e equipe de apoio designados pela **Portaria nº 016/2026**, tornar público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** nos termos da **Lei Complementar nº 1.000/2025**, regulamentada pelo **Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025**, Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, publicado no DOM nº 3444, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicação subsidiária Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que se refere ao procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e demais normas regulamentares estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) em contrário.

2.1.2. Esta Licitação se encontra formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N. 014.000099/2026-38** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no **Art. 5º da Lei 14.133.21**. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

2.1.3. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Proposta Detalhada e Minuta do Contrato (quando for o caso)**.

2.2. Do Credenciamento

2.2.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras>;

2.2.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.2.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura de Porto Velho responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

2.2.4. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

3. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

3.1. DO OBJETO: Sistema de Registro de Preços - SRP para eventual **Contratação de empresa especializada em fornecimento de uniformes/calçados**, visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL**, e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos **Anexos I e II deste Edital**, as quais deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

3.1.1. O objeto da licitação tem a natureza de **BEM COMUM** uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, mediante especificações usuais no mercado.

3.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I e II deste Edital e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema, prevalece as especificações do Edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Esta licitação sob a modalidade Pregão, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública *on-line*. A participação nesta importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

4.1.1. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.1.2. Poderá participar desta licitação, toda e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que esteja credenciada no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou demais interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

4.1.3. Estar devidamente credenciada no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

4.2. Condição para participação:

4.2.1. A licitante **DECLARARÁ** em campo próprio do sistema eletrônico, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre os requisitos para a habilitação, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) Cumpre as exigências de reserva destinada a contratação de Jovens aprendizes, nos Termos estabelecidos no artigo 429 da CLT combinada com a Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000).

f) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

g) O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

h) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.3. Para esta LICITAÇÃO será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras: observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021).

a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Unidade Requisitante, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do objeto;

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da aquisição.

4.3.1. As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Unidade Requisitante para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da aquisição, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

4.3.2. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Unidade Requisitante e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico – financeira apresentados à ocasião do certame.

4.3.3. A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

4.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

4.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

4.4.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.4.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.10. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.5. O impedimento de que trata o **item 4.4.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.4.1 e 4.4.2**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto nos **itens 4.4.1 e 4.4.2** neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.10. A vedação de que trata o **item 4.4.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.11. É vedado a qualquer interessado participar de licitação na qualidade, simultaneamente, de simples proponente e de integrante de consórcio assim como de integrante de dois ou mais consórcios.

4.12. Em tempo, será analisado também:

4.12.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com Prefeitura de Porto Velho/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n.10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

4.12.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das**

sanções);

4.12.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

4.12.4. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

4.13. Da participação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e EQUIPARADAS

4.13.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.13.1.1. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.13.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.4. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.4.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.4.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.5. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.5.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.8. As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da

impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Da abertura da sessão;

7.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

7.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

7.2. Da classificação das propostas:

7.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro(a). Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.2.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.2.5. Os preços unitários e totais referidos no ITEM anterior, deverão, evidentemente, estar compatíveis aos de mercado, estimados pela Administração;

7.3. Da formulação de Lances;

7.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado no registro de cada lance.

7.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

7.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

7.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

7.3.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.3.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.3.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.3.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.3.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, conforme previsto no art. 56 §4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.3.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.3.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.3.9. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.3.9.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.3.10. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.11. No caso de a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>

7.3.12. O Agente de Contratação/Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sempre juízo dos atos realizados;

7.4. Do benefício às MICROEMPRESAS e às empresas de PEQUENO PORTE;

7.4.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

7.4.2. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores soma dos extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

7.4.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II. Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.123/2006.

7.4.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

7.5. Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

7.5.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 28 do **DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023** que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Município de Porto Velho e dá outras providências nesta ordem:

7.5.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar

nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.5.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.5.5. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.5.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.5.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.5.6.2. Empresas brasileiras;

7.5.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.5.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº12.187/2009.

7.6. Se o empate persistir serão utilizados os critérios de desempates da [Instrução Normativa \(IN\) nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

§ 1º Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput. **(Redação dada pela IN nº 79, de 2024).**

§ 2º Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a **sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público**, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. **(Redação dada pela IN nº 79, de 2024).**

7.7. Na hipótese do “sorteio” a sessão pública será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial indicado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea “a” do subitem 7.7;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**;

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais indicados pela SMCL ou no Youtube ou outra plataforma de streaming; os endereços serão informados no chat pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de contratação/Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.2. O Agente de contratação/Pregoeiro(a) iniciará os procedimentos necessários à

aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no chat durante a sessão.

8.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.6. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e edital;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), que comprove:

8.6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta. (SE FOR O CASO).

8.6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.6.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.6.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.7. Das correções admissíveis;

8.7.1. Nos casos em que o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.7.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.7.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.8. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

9.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

9.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

9.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 90 (NOVENTA) DIAS.

9.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), ambas as opções devidamente justificadas.

9.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 9.1, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), deverá obedecer às condições previstas no **item 6 e subitens deste Edital**;

9.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, JPGou PDF);

9.2.2. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A) CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

9.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), sempre juízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.5. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) suspenderá a

sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45daLCnº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

9.8. O licitante deverá apresentar junto a proposta, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas. (modelo próprio).

9.9. QUANDO FOR O CASO DA LICITAÇÃO AS LICITANTES DEVERÃO ATENDER OS ITENS:

9.9.1. PARA COTA RESERVA, na hipótese de não haver vencedor, este poderá ser adjudicada ao vencedor da **COTA PRINCIPAL** ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

9.9.2. Se a mesma **EMPRESA** vencer a **COTA RESERVA** e a **COTA PRINCIPAL**, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.10. Caso atendidas as condições da proposta de preços, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.11. Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a **apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor**.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;

b) Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho – **SISCAF**;

c) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica - **TCU** Inidôneos - Licitantes Inidôneos; **CNJ CNIA** - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; **CEIS** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e **CNEP** - Cadastro Nacional de Empresas Punidas <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

d) Consulta consolidada de Pessoa Física - Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado. <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

10.1.1. A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2. A documentação de habilitação das Licitantes poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento de Fornecedores – **SICAF** e/ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho – **SISCAF**, **NOS DOCUMENTOS POR ELES ABRANGIDOS**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso

aos dados constantes dos sistemas.

10.1.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF ou SISCAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.1.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a **consulta aos sítios eletrônicos** oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.1.5. Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão incluídos aos autos.

10.1.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.1.7. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (modelo próprio)

10.1.8. Será exigida do licitante declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#). (modelo próprio).

10.1.9. Será exigida do licitante **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO nos termos do Art. 14, IV, da Lei n. 14.133/2021**. (modelo anexo).

10.2. Relativos à habilitação jurídica

10.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Deverá apresentar:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei 123/06 e alterações;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; (caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei).

10.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. Relativos a regularidade fiscal e trabalhista

10.3.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão negativa de débitos ou **“certidão positiva com efeito de negativo” relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União;**

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais ou **“certidão positiva com efeito de negativo”**, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais ou **“certidão positiva com efeito de negativo”**, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de certidão negativa ou **“certidão positiva com efeito de negativo”** fornecida pelo órgão competente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

10.4. Relativos à qualificação econômico-financeira

10.4.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

10.4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.4.4. No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também técnico em contabilidade, contador ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente registrado/autenticado pelo órgão competente.

10.4.5. Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

10.4.6. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

10.4.7. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta,

assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

10.4.8. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado pelo órgão competente.

10.4.9. Os documentos referidos **item 10.4.3** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.10. As empresas obrigadas a escrituração pelo SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED, submetida a Instrução Normativa DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

10.4.11. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

10.4.12. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar resultados igual ou maior a 1(um), em todos dos índices elencados no item 10.4.11 deste edital, e deverá ainda, comprovar patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento), do montante da contratação.

10.4.13. Em caso de participação de empresas em consórcio:

10.4.13.1. Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.13.2. Acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Relativo à qualificação técnica e outros documentos

10.5.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

10.5.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.5.2.1. A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa já executou, de forma satisfatória, fornecimento de **uniformes esportivos ou produtos similares**, ou compatíveis ao **item pertinente**, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, não sendo obrigatória a demonstração de quantidade mínima ou fornecimento contínuo em um único contrato.

10.5.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

10.5.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

10.5.5. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.5.6. Caso os documentos não sejam suficientes, a título de diligência, prevista no artigo 64 da Lei 14.133/2021 serão solicitados a critério da administração documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentro outros para complementação de informações.

10.5.7. Da Justificativa das Exigências

a) Quanto às exigências de qualificação técnica: As exigências apresentadas justificam-se pela necessidade de comprovação da capacidade da empresa para fornecimento de Uniformes / Calçados e demais itens com a qualidade, personalização, materiais e acabamentos exigidos pela SEMTEL.

a1) A ausência dessa capacidade pode gerar prejuízos à Administração, como: fornecimento de produtos inadequados ou de baixa qualidade; atrasos que comprometam eventos esportivos e institucionais; necessidade de rescisão contratual e abertura de nova licitação; danos à imagem institucional da SEMTEL durante cerimônias de premiação.

a2) As exigências visam garantir que a proposta vencedora seja exequível, evitando que empresas sem experiência, estrutura produtiva ou domínio técnico apresentem preços artificialmente baixos que não reflitam capacidade real de entrega. Trata-se, portanto, não apenas de exigências de habilitação, mas de aferição da aptidão técnica mínima necessária para assegurar o cumprimento integral do objeto e a adequada execução contratual.

11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS, a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

11.1.1. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.2. A convocação ocorrerá exclusivamente pelo **SISTEMA**, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no **item 10** deste edital.

11.2.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

11.2.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM01(UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

11.3. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA FINAL** pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) o declarará vencedor.

11.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

11.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.5. Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 11.1.**

11.7. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

12.1. Em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o **pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

12.2. Os pedidos de **esclarecimentos e impugnações**, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, deverão ser de forma eletrônica direcionado ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento e solicitação de vistas ao processo eletrônico correspondente a licitação, deverão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte* e-mail: equipe.licitacao02@portovelho.ro.gov.br;

12.4. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro (a), receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital e anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

12.4.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Em conformidade com o Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação;

e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de

habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II – A apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

13.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

13.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

13.4. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

13.5. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

13.6. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO “ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO”

14.1. Em conformidade com o artigo 71 da Lei 14.133/2021:

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I – determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II – revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III – proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV – adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em **sítio eletrônico oficial** do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim. (§ 2º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

14.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio do Município os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos. (§ 3º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

14.4. A divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação. (Artigo 94, Lei nº 14.133/2021).

14.5. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

14.6. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.7. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.8. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.10. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.11. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

15. DESPESA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Conforme dispõe o art. 52 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Porto Velho:

“Na licitação para Registro de Preços, não é obrigatório indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a) durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

16.1.2.4. Deixar de apresentar amostra quando for o caso;

16.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de

preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. Fraudar a licitação;

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. A natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.1. As peculiaridades do caso concreto

16.3.2. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.3. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. **16.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.4., 16.1.5., 16.1.6., 16.1.7. e 16.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4., 16.1.5., 16.1.6., 16.1.7. e 16.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja

duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS - SRP

17.1. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disporá sobre: art. 82

a) As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

b) Não será permitida nesta contratação a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

17.1.1. Não será permitida a possibilidade de prever preços diferentes:

a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

17.1.2. Não será permitida nesta contratação a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

17.1.3. Para essa contratação, é vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

17.2. O Edital de Licitação para registro de preços observará ainda as **normas do Registro de Preços estão em conformidade com o** DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

17.2.1. Homologado o resultado desta licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições estabelecidas.

17.3. A convocação será via e-mail, com aviso de recebimento.

17.4. O **prazo para assinatura** será de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação. A recusa injustificada da licitante notificada em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste Edital caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a perda do direito ao registro de preços, bem como às penalidades cabíveis, previstas neste Edital.

17.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.5. As contratações decorrentes do registro obedecerão à ordem de classificação dos fornecedores constantes na Ata.

17.6. A licitante não estará obrigada a assinar a Ata de Registro de Preços quando convocada após o prazo de validade de sua proposta. Porém, se o fizer, estará obrigada a fornecer os produtos por todo período de vigência da Ata, nos termos do art. 58 e 59 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

17.8. O disposto no item **17.6** não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 60 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

17.9. Do Cadastro Reserva de Fornecedores

17.9.1. Com o objetivo de formar cadastro de fornecedores, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

17.9.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

17.9.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

17.9.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada à Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

17.10. Da adesão ao registro de preços

17.10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

17.10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.10.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **item 17.10.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos **itens** deste instrumento convocatório e registrados na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes nos termos do art. 71, inciso I do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

17.10.4. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.10.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

17.11. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços

17.11.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da sua publicação no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM)** e sua divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações - PNCP)**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso conforme o Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023.

17.11.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17.12. Do reajuste diretamente sobre os preços registrados em Ata

17.12.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, conforme previsão contida no Art. 77 do Decreto Municipal nº 18.892/2023 e Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nas seguintes situações:

17.12.2. Considerando o disposto no inciso IV, §5º, Art. 82 da Lei 14133/2021 (atualização periódica dos preços registrados), bem como o inciso III, Art. 25, do Decreto 11462/2023, os preços registrados serão reajustados após o interregno de um ano, **contado da data do orçamento estimativo da Administração, e independentemente de pedido da CONTRATADA**, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

17.12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

18.1. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

18.2. DO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Termo de Referência - Anexo I

deste Edital.

18.3. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.4. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.5. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo deste Edital.

18.7. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.8. DA SUBCONTRATAÇÃO – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

18.9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A documentação exigida para atender ao disposto na **HABILITAÇÃO** e respectivos subitens, incisos parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) mediante consulta ao **SICAF ou SISCAF, no que couber**, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

19.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou SISCAF deverão se apresentados nos termos deste edital.

19.2. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no **SICAF ou SISCAF**, a consulta realizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

19.3. A licitante intimada para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverá fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

19.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar obrigatoriamente em nome da empresa que participar do presente certame e, deverão conter o mesmo CNPJ e endereço respectivo:

a) Se o licitante **for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se **for a filial**, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, **comprovemente**, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade do licitante.

19.5. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital**;

19.6. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

19.6.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e documentos.

19.7. As microempresas e empresa de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que esta apresente alguma restrição.

19.8. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será

assegurado **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.(de acordo com a Lei Complementar 123/2006 e alterações);

19.8.1. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e neste Edital**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

19.9. O Agente de Contratação/Pregoeiro (a), em qualquer fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação de habilitação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação da oferta, bem como, poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município /RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

19.10. O Agente de Contratação/Pregoeiro (a) poderá sanar ou solicitar o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância **dos documentos** e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.11. Fica assegurada a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.12. Qualquer modificação neste Edital implicará a divulgação desta pelo (s) mesmo (s) instrumento (s) de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o (s) prazo (s) inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

19.13. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

19.14. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

19.15. Em conformidade com o Art. 70 da Lei n. 14.133/2021 a documentação referida neste poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

19.15.1. Poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

19.16. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito;

19.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.19. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho-RO para dirimir quaisquer

dúvidas referentes a esta licitação, contrato e procedimentos dela resultantes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20. DOS ANEXOS DESTE EDITAL

20.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO
- d) ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA;
- e) ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO (quando for o caso).

Porto Velho/RO, 18 de maio de 2026

Lilian Moreira de Almeida Mourão
Agente de Contratação/Pregoeiro (a)

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO (id. 0620092)

O Termo de Referência e seus anexos constituem parte integrante do Edital e deverão ser disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e no Portal Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).

ANEXO II DO EDITAL

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS - PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº -- -----, conforme planilha abaixo:

Razão Social da Empresa:	
CNPJ:	
Endereço Completo com CEP:	
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____	
Telefone:	Responsável (Nome e cargo):
E-mail:	
VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS (MÍNIMO 90 DIAS).	PRAZO PARA ENTREGA: _____ DIAS
Local de Entrega: Conforme TERMO DE REFERÊNCIA, anexo I do Edital.	
Objeto: -----.	

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDAD	QUAN	MARC.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	<p>CONJUNTO DE UNIFORME DE FUTSAL INFANTO JUVENIL / ADULTO (CAMISA, SHORT E MEIÃO) COMPOSTO POR 14 CAMISAS, 14 BERMUDAS E 14 MEIÃO DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA V DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT EM POLIÉSTER 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM DETALHES NA BARRA E LATERAIS, EM SUBLIMAÇÃO E CORES VARIADAS, ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, COM DETALHES LATERAIS COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NUMERAÇÃO NA PERNA ESQUERDA. MEIÃO: CONFECCIONADO COM FIO 3 CABOS DE NYLON, 2/78/23. CANELADO VERDADEIRO, PONTA E CALCANHAR VERDADEIROS, PÉ COM TOALHA INTEIRA EM ALGODÃO. PUNHO CANELADO, REFORÇADO COM ELASTODENIO. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM CAIXAS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CADA CONJUNTO CONTÉM 14 UNIFORMES COMPLETOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 08 ANOS: 40; 10 ANOS: 40; 12 ANOS: 80;</p>	CONJUNTO	360			

	PP: 80; P: 80; M: 80; G: 80 e GG: 80.					
2	<p>CONJUNTO DE UNIFORME DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTO JUVENIL / ADULTO (CAMISA, SHORT E MEIÃO) COMPOSTO POR 20 CAMISAS, 20 BERMUDAS E 20 MEIÃO DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA V DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT EM POLIÉSTER 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM DETALHES NA BARRA E LATERAIS, EM SUBLIMAÇÃO E CORES VARIADAS, ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, COM DETALHES LATERAIS COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NUMERAÇÃO NA PERNA ESQUERDA. MEIÃO: CONFECCIONADO COM FIO 3 CABOS DE NYLON, 2/78/23. CANELADO VERDADEIRO, PONTA E CALCANHAR VERDADEIROS, PÉ COM TOALHA INTEIRA EM ALGODÃO. PUNHO CANELADO, REFORÇADO COM ELASTODENIO. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM CAIXAS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.</p> <p>CADA CONJUNTO CONTÉM 20 UNIFORMES COMPLETOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 08 ANOS: 40; 10 ANOS: 40; 12 ANOS: 80; PP: 80; P: 80; M: 80; G: 80; GG: 80.</p>	CONJUNTO 360				
3	<p>CONJUNTO DE UNIFORME DE VOLEIBOL INFANTO JUVENIL / ADULTO MASCULINO (CAMISETA E BERMUDAS) COMPOSTO POR 14 CAMISAS E 14 BERMUDAS DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>CAMISA: CAMISA GOLA CARECA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT DE POLIÉSTER, FATOR 30 DE PROTEÇÃO UV. ELÁSTICO DE 40MM NA CINTURA COM CORDÃO, EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E</p>	CONJUNTO 150				

	<p>DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM CAIXAS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CADA CONJUNTO CONTÉM 14 UNIFORMES COMPLETOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 20; PP: 20; P:20; M: 30; G:30; GG:30.</p>					
4	<p>JOGO DE UNIFORME DE VOLEIBOL INFANTO JUVENIL / ADULTO FEMININO (CAMISETA E SHORT) COMPOSTO POR 14 CAMISAS E 14 SHORTS) DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA CARECA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. SHORT: EM SUPLEX POWER DE POLIAMIDA 285G. ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 90MM. EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM CAIXAS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CADA CONJUNTO CONTÉM 14 UNIFORMES COMPLETOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 20; PP: 20; P: 20; M: 30; G: 30; GG: 30.</p>	JOGO	150			
PARTIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS						
5	<p>CONJUNTO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA XADREZ ADULTO (CAMISA E BERMUDA) DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA V DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT EM POLIÉSTER 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM DETALHES NA BARRA E LATERAIS, EM SUBLIMAÇÃO E CORES VARIADAS, ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, COM DETALHES LATERAIS COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA. CADA CONJUNTO SERÁ COMPOSTO POR 1 CAMISA E 1 BERMUDA.</p>	CONJUNTO	30			

	ESTIMATIVA: P: 30; M: 30; G: 40; GG: 30.					
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
6	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA ATLETISMO FEMININO CONJUNTO COMPOSTO POR: 02 CAMISAS, 02 BERMUDAS, 02 TOPS ESPORTIVOS, 02 SUNQUINIS E 02 SHORTS DE CORRIDA DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>CAMISA: CAMISAS CARECA REGATA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>BERMUDA: EM LYCRA 82% POLIÉSTER E 18% ELASTANO GRAMATURA 280G/M2 COM ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 90MM. SUBLIMAÇÃO COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>TOP ESPORTIVO: EM LYCRA 82% POLIÉSTER E 18% ELASTANO GRAMATURA 280G/M2. TRANSFER ESTICÁVEL COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>SUNQUINI: LYCRA 82% POLIÉSTER E 18% ELASTANO GRAMATURA 280G/M2, ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 30MM. SUBLIMAÇÃO COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>SHORT DE CORRIDA: DRY FIT COM DETALHE COSTURADO EM OUTRA COR NA EXTREMIDADE, CÓS ELÁSTICO COM CORDÃO INTERNO PARA AJUSTE, 100% POLIESTER, COM FORRO REFORÇADO 100% POLIESTER COM CAIMENTO PADRÃO COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO E COM CORTE NA PARTE INFERIOR LATERAL DO SHORT.</p> <p>OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO.</p> <p>O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 40 PP: 40 P: 40 M: 40 G: 20 GG: 20</p>	CONJUNTO	200			
	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA ATLETISMO MASCULINO CONJUNTO COMPOSTO POR: 02 CAMISAS, 02 BERMUDAS E 02 SHORTS DE CORRIDA DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISAS: CAMISAS CARECA REGATADRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM</p>					

7	<p>NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: EM LYCRA 82% POLIÉSTER E 18% ELASTANO GRAMATURA 280G/M2 COM ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 90MM. SUBLIMAÇÃO COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>SHORT DE CORRIDA: DRY FIT COM DETALHE COSTURADO EM OUTRA COR NA EXTREMIDADE, CÓS ELÁSTICO COM CORDÃO INTERNO PARA AJUSTE, 100% POLIESTER, COM FORRO REFORÇADO 100% POLIESTER COM CAIMENTO PADRÃO, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO E COM CORTE NA PARTE INFERIOR LATERAL DO SHORT. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 40; PP: 40; P: 40; M: 40; G: 20; GG: 20.</p>	CONJUNTO	200			
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
8	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA VÔLEI DE PRAIA FEMININO CONJUNTO COMPOSTO POR: 02 TOPS, 02 SUNQUINIS, 02 CAMISAS E 01 CALÇA LEGGING DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>TOP ESPORTIVO: EM LYCRA 82% POLIÉSTER E 18% ELASTANO GRAMATURA 280G/M2. TRANSFER ESTICÁVEL COLORIDO COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>SUNQUINI: LYCRA 82% POLIÉSTER E 18% ELASTANO GRAMATURA 280G/M2, ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 30MM. SUBLIMAÇÃO COLORIDO COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>CAMISA: CAMISA REGATA CARECA EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>CALÇA LEGGING: TECIDO 89% POLIESTER E 11% ELASTANO, ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 45MM, CORTE JUSTO, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO.</p> <p>OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO.</p> <p>O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS</p>	CONJUNTO	20			

	<p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 20 PP: 20 P: 20 M: 20 G: 20 GG: 20</p>					
9	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA VÔLEI DE PRAIA MASCULINO CONJUNTO COMPOSTO POR: 02 CAMISAS, 02 BERMUDAS DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA CARECA REGATA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT DE POLIÉSTER, FATOR 30 DE PROTEÇÃO UV. ELÁSTICO DE 40MM NA CINTURA COM CORDÃO, EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 20 PP: 20 P: 20 M: 20 G: 20 GG: 20</p>	CONJUNTO	20			
10	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA TÊNIS DE MESA CONJUNTO COMPOSTO POR: 01 CAMISA E 01 SHORT DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. SHORT: DRY FIT NA COR PRETA COM DETALHE COSTURADO EM OUTRA COR NA EXTREMIDADE COM BOLSO, CÓS ELÁSTICO COM CORDÃO INTERNO PARA AJUSTE, 100% POLIESTER, COM FORRO REFORÇADO 100% POLIESTER COM CAIMENTO PADRÃO, LOGOTIPO COLORIDO EM SUBLIMAÇÃO, COM CORTE NA PARTE INFERIOR LATERAL DO SHORT. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE</p>	CONJUNTO	80			

	<p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 30 PP: 30 P: 30 M: 30 G: 30 GG: 30</p>					
11	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA BADMINTON CONJUNTO COMPOSTO POR: 02 CAMISETAS E 02 BERMUDAS, DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISETA: DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT EM POLIÉSTER 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM DETALHES NA BARRA E LATERAIS COM BOLSO, EM SUBLIMAÇÃO, ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, COM DETALHES LATERAIS COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 10 PP: 10 P: 10 M: 10 G: 10</p>	CONJUNTO	180			
12	<p>JOGO DE UNIFORME DE HANDEBOL INFANTO JUVENIL/ADULTO MASCULINO(CAMISA E BERMUDA) DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA CARECA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT DE POLIÉSTER, FATOR 30 DE PROTEÇÃO UV. ELÁSTICO DE 40MM NA CINTURA COM CORDÃO, EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM EMBALAGENS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CONTÉM 17 UNIFORMES COMPLETOS</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 15</p>	JOGO	150			

	PP: 15 P: 15 M: 20 G: 20 GG: 15					
13	<p>JOGO DE UNIFORME DE HANDEBOL INFANTO JUVENIL / ADULTO FEMININO (CAMISA, SHORT) DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA CARECA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. SHORT: EM SUPLEX POWER DE POLIAMIDA 285G. ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 90MM. EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM EMBALAGENS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CONTÉM 17 UNIFORMES COMPLETOS</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 15 PP: 15 P: 15 M: 20 G: 20 GG: 15</p>	JOGO	150			
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
14	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA BASQUETEBOL MASCULINO. CONJUNTO COMPOSTO POR: 12 CAMISETAS E 12 BERMUDAS DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA CARECA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT DE POLIÉSTER, FATOR 30 DE PROTEÇÃO UV. ELÁSTICO DE 40MM NA CINTURA COM CORDÃO, EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM EMBALAGENS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CADA JOGO CONTÉM 12 UNIFORMES COMPLETOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 10</p>	CONJUNTO	150			

	PP: 10 P: 10 M: 10 G: 10					
15	<p>CONJUNTO DE UNIFORME PARA BASQUETEBOL FEMININO. CONJUNTO COMPOSTO POR: 12 CAMISETAS E 12 SHORTS DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>CAMISA: CAMISA GOLA CARECA DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO COM NUMERAÇÃO NA FRENTE E COSTA PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. SHORT: EM SUPLEX POWER DE POLIAMIDA 285G. ELÁSTICO DE 10MM NA CINTURA COM CÓS DE 90MM. EM SUBLIMAÇÃO CORES VARIADAS, COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO NA FRENTE PERNA DIREITA E NA FRENTE PERNA ESQUERDA COM NUMERAÇÃO NA PERNA DIREITA. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM EMBALAGENS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CADA JOGO CONTÉM 12 UNIFORMES COMPLETOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 10 PP: 10 P: 10 M: 10 G: 10</p>	CONJUNTO	50			
16	<p>CONJUNTO DE UNIFORME DE CAPOEIRA (CAMISA E CALÇA) DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA V DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. CALÇA: CALÇA BRANCA DE CAPOEIRA MODELO ABADA, MODELAGEM QUE SE ADAPTA AO CORPO, DANDO UM CAIMENTO PERFEITO, COM PASSANTES. COMPOSIÇÃO: 100% POLIAMIDA, GRAMATURA DE 280 G/M², MELHOR TECIDO PARA CALÇA DE CAPOEIRA ALTAMENTE RESISTENTE. REFORÇO ENTRE AS PERNAS (CAVALO), NA MODELAGEM CINTURA BAIXA, PARA UM MELHOR CAIMENTO DESTA EXCELENTE CALÇA. MODELAGEM EM CINTURA BAIXA OU NORMAL. OBS: LOGOTIPOS E NÚMEROS APLICADOS CONFORME OS REGULAMENTOS DE CADA MODALIDADE SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES E DIRETRIZES DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO EVENTO. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. CADA CONJUNTO CONTEM 1 CAMISA E 1 CALÇA.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 25 P: 80 M: 100</p>	CONJUNTO	360			

	G: 155					
17	<p>UNIFORME PARA EQUIPE DE NATAÇÃO CONJUNTO COMPOSTO POR: 01 ROUPÃO E 01 TOUCA DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. ROUPÃO: PRODUZIDO EM MICROFIBRA, CORES VARIADAS, MODELAGEM UNISSEX ALONGADA, TECIDO INTERNO ATOALHADO E ALTAMENTE ABSORVENTE, CAPUZ COM CORDÃO DE REGULAGEM E ACABAMENTO NAS EXTREMIDADES, MANGAS LONGAS, EM TECIDO EXTERNO TACTEL, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER E ZIPER REFORÇADO NA FRENTE ACOMPANHANDO O COMPRIMENTO DA PEÇA, SUBLIMAÇÃO DO BRASÃO COLORIDO NA FRENTE PEITO ESQUERDO. TOUCA: CONFECCIONADA EM SILICONE RESISTENTE A RASGOS, LEVE E DURÁVEL, ALTA ELASTICIDADE, EM CORES VARIADAS, PODENDO SER 100% ESTAMPADA CONFORME DESENHO, EM EMBALAGEM ZIP BAG. O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE</p> <p>ESTIMATIVA: 08 ANOS: 20 12 ANOS: 20 PP: 30 P: 30 M: 40 G: 70 GG: 40</p>	CONJUNTO	250			
COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
18	<p>UNIFORME PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO CONJUNTO COMPOSTO POR: 01 BLUSA AGASALHO E 1 CALÇA AGASALHO, BLUSA AGASALHO: BLUSA AGASALHO, TECIDO 100% POLIÉSTER NA JAQUETA, PUNHO E BARRA DA JAQUETA ACABAMENTO EM HELANCA, COM FORRO, 100% SUBLIMAÇÃO, ZÍPER DE NYLON COM PUXADOR DE METAL E BORRACHA VERDE OU AZUL TAMANHO 5 COM TRAVAMENTO, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CALÇA AGASALHO: CALÇA AGASALHO, TECIDO 100% POLIÉSTER. ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, PUNHO NA BARRA, EM HELANCA. 100% SUBLIMAÇÃO. CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p>	CONJUNTO	350			
COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
19	<p>UNIFORME PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO CONJUNTO COMPOSTO POR: 01 BLUSA AGASALHO E 1 CALÇA AGASALHO, BLUSA AGASALHO: BLUSA AGASALHO, TECIDO 100% POLIÉSTER NA JAQUETA, PUNHO E BARRA DA JAQUETA ACABAMENTO EM HELANCA, COM FORRO, 100% SUBLIMAÇÃO, ZÍPER DE NYLON COM PUXADOR DE METAL E BORRACHA VERDE OU AZUL TAMANHO 5 COM TRAVAMENTO, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CALÇA AGASALHO: CALÇA AGASALHO, TECIDO 100% POLIÉSTER. ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, PUNHO NA BARRA, EM HELANCA. 100% SUBLIMAÇÃO. CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p>	CONJUNTO	150			

COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
20	UNIFORME PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: MOLETOM: MOLETOM, COM CAPUZ E MANGA RAGLAN - 100% POLIÉSTER FELPADO CAPUZ FORRADO COM TECIDO PERSONALIZADO EM SILK SCREEN, COM PUNHO E BARRA SANFONADOS E DETALHES EM CORES VARIADAS, RECORTES COLORIDOS NA MANGA. ZÍPER DE NYLON COM PUXADOR DE METAL E BORRACHA VERDE OU AZUL TAMANHO 5 COM TRAVAMENTO. CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.	UNIDADE	750			
COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
21	UNIFORME PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: MOLETOM: MOLETOM, COM CAPUZ E MANGA RAGLAN - 100% POLIÉSTER FELPADO CAPUZ FORRADO COM TECIDO PERSONALIZADO EM SILK SCREEN, COM PUNHO E BARRA SANFONADOS E DETALHES EM CORES VARIADAS, RECORTES COLORIDOS NA MANGA. ZÍPER DE NYLON COM PUXADOR DE METAL E BORRACHA VERDE OU AZUL TAMANHO 5 COM TRAVAMENTO. CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.	UNIDADE	250			
COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
22	MATERIAL PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: BOLSA ESPORTIVA: BOLSA EM POLIÉSTER, CAPACIDADE DE 60 LITROS, ESTAMPA PERSONALIZADA EM SILK SCREEN, COMPARTILHAMENTO EXTERNOS COM BOLSOS, DIVISÓRIAS COM ZÍPER, COMPARTIMENTO INTERNO PRINCIPAL AMPLO, ALÇA MANUAL TIRACOLO REGULÁVEL, LARGURA DE 35CM, ALTURA DE 60 CM E PROFUNDIDADE DE 30 CM, COM PESO APROXIMADO DE 675G, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	750			
COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
23	MATERIAL PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: BOLSA ESPORTIVA: BOLSA EM POLIÉSTER, CAPACIDADE DE 60 LITROS, ESTAMPA PERSONALIZADA EM SILK SCREEN, COMPARTILHAMENTO EXTERNOS COM BOLSOS, DIVISÓRIAS COM ZÍPER, COMPARTIMENTO INTERNO PRINCIPAL AMPLO, ALÇA MANUAL TIRACOLO REGULÁVEL, LARGURA DE 35CM, ALTURA DE 60 CM E PROFUNDIDADE DE 30 CM, COM PESO APROXIMADO DE 675G, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	250			
COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
	MATERIAL PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: MOCHILA: MOCHILA CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER COM REVESTIMENTO EM PVC IMPERMEÁVEL, NA COR PRETA, COMPOSTA POR 55% POLIÉSTER E 45% PVC, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 550G/M², CAPACIDADE DE 32 LITROS, DIMENSÕES DE 470MM DE ALTURA, 310MM DE LARGURA E 210MM DE PROFUNDIDADE, COM PESO APROXIMADO DE 1,5KG. POSSUI UM BOLSO PRINCIPAL COM FECHAMENTO EM ZÍPER Nº 12, NA COR PRETA, ABERTURA DE 180° E DOIS CURSORES, TRÊS BOLSOS FRONTAIS COM FECHAMENTO EM ZÍPER Nº 12, NA COR PRETA, DOIS DELES COM ABERTURA					

24	<p>DE 180°, SENDO O BOLSO SUPERIOR E O INFERIOR. BOLSO SUPERIOR COM DIMENSÕES DE 160MM DE ALTURA, 240MM DE LARGURA E 20MM DE ESPESSURA, SOBRE ESTE, UM BOLSO INTERMEDIÁRIO DE 170MM X 230MM COM ABERTURA RETA DE 160MM. BOLSO INFERIOR COM 200MM DE ALTURA, 260MM DE LARGURA E 20MM DE ESPESSURA, CONTENDO DIVISÕES INTERNAS PARA CANETAS, CELULAR E PEQUENOS UTENSÍLIOS PESSOAIS, ALÉM DE UM MOSQUETÃO NA PARTE FRONTAL EXTERNA PARA PENDURAR CHAVES OU OUTROS ITENS. CONTÉM DOIS BOLSOS LATERAIS EM TELA SPACER REVESTIDA COM ESPUMA DE 5MM, COM DIMENSÕES DE 150MM DE ALTURA, 160MM DE LARGURA E 50MM DE ESPESSURA, E DOIS BOLSOS MEIA-LUA COM FECHAMENTO EM ZÍPER E SISTEMA DE VENTILAÇÃO ATRAVÉS DE TRÊS ILHÓSES DE 10MM DE DIÂMETRO, IDEAIS PARA TRANSPORTAR OBJETOS ÚMIDOS. SOBRE ESSES BOLSOS LATERAIS, SÃO APLICADAS DUAS TIRAS DE COMPRESSÃO EM FITA DE POLIÉSTER DE 20MM NA COR PRETA, COM FECHO ARANHA E PONTEIRA DE BORRACHA PARA MELHOR FIXAÇÃO E MANUSEIO. A ALÇA DE MÃO É REFORÇADA COM CABO DE AÇO E EMPUNHADURA EMBORRACHADA, FIXADA COM FITA CA DE 20MM E COSTURA DUPLA REFORÇADA. AS ALÇAS DE COSTAS SÃO ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM POLIÉSTER, COM ESPUMA PACK DE 10MM NA PARTE INTERNA E CONTORNO EM FITA DE 25MM, COM REGULAGEM EM FITA CA DE 20MM E PONTEIRA EMBORRACHADA OVAL PARA MELHOR AJUSTE. A FIXAÇÃO INFERIOR DAS ALÇAS É FEITA ATRAVÉS DE TRIÂNGULOS LATERAIS COM COSTURA DUPLA REFORÇADA. O COSTADO É ERGONÔMICO, ANTIESTRESSE, MODELO FREE AIR, CONFECCIONADO EM TELA SPACER DE 20MM DE ESPESSURA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE AR CENTRAL NO FORMATO OVAL DE 170MM X 220MM, ESTRUTURADO EM PVC DE 2MM DE ESPESSURA, REVESTIDO COM O MESMO POLIÉSTER DO CORPO DA MOCHILA. O COMPARTIMENTO PARA NOTEBOOK, LOCALIZADO NA PARTE COSTAL DA MOCHILA, É FORRADO E ACOLCHOADO, COM FECHAMENTO SUPERIOR EM ZÍPER Nº 12 E DOIS CURSORES. O ACESSO AO BOLSO DE NOTEBOOK DEVE SER FEITO PELA PARTE EXTERNA DA MOCHILA. A MOCHILA É TOTALMENTE FORRADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 210G/M², COM COSTURAS INTERNAS DUPLAS E ACABAMENTO EM FITA DE POLIÉSTER DE 25MM. AS COSTURAS SÃO REFORÇADAS COM LINHA DE POLIAMIDA 60 E O FUNDO POSSUI REFORÇO EM EVA DE 6MM E ESPUMA PACK DE 8MM. A PERSONALIZAÇÃO PODE SER FEITA NOS BOLSOS FRONTAIS VIA SILK PLASTISOL, COM RELEVO MÍNIMO DE 1,5MM, OU BORDADO COMPUTADORIZADO, EM ÁREA MÁXIMA DE 120MM X 120MM, CONFORME A DEMANDA DO SETOR REQUISITANTE. A MOCHILA DEVE CONTER O LOGOTIPO DA ENTIDADE APLICADO EM APLICAÇÃO PLASTIFICADO COLORIDO NA FRENTE CENTRALIZADO TAMANHO 40MM X 25MM E LOGO ESTAMPADO NA FRENTE PARTE SUPERIOR COM LETRAS NO MÍNIMO 30MM DE ALTURA, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE, OS CURSORES DOS ZÍPERES/PUXADORES DE METAL DEVEM SEREM PERSONALIZADOS CONFORME A NECESSIDADE DO DA CONTRATANTE.</p>	UNIDADE 880				
----	---	-------------	--	--	--	--

COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS

25	<p>MATERIAL PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: MOCHILA: MOCHILA CONFECCIONADA EM TECIDO POLIÉSTER COM REVESTIMENTO EM PVC IMPERMEÁVEL, NA COR PRETA, COMPOSTA POR 55% POLIÉSTER E 45% PVC, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 550G/M², CAPACIDADE DE 32 LITROS, DIMENSÕES DE 470MM DE ALTURA, 310MM DE LARGURA E 210MM DE PROFUNDIDADE, COM PESO APROXIMADO DE 1,5KG. POSSUI UM BOLSO PRINCIPAL COM FECHAMENTO EM ZÍPER Nº 12, NA COR PRETA, ABERTURA DE 180° E DOIS CURSORES, TRÊS BOLSOS FRONTAIS COM FECHAMENTO EM ZÍPER Nº 12, NA COR PRETA, DOIS DELES COM ABERTURA DE 180°, SENDO O BOLSO SUPERIOR E O INFERIOR. BOLSO SUPERIOR COM DIMENSÕES DE 160MM DE ALTURA, 240MM DE LARGURA E 20MM DE ESPESSURA, SOBRE ESTE, UM BOLSO INTERMEDIÁRIO DE 170MM X 230MM COM ABERTURA RETA DE 160MM. BOLSO INFERIOR COM 200MM DE ALTURA, 260MM DE LARGURA E 20MM DE ESPESSURA, CONTENDO DIVISÕES INTERNAS PARA CANETAS, CELULAR E PEQUENOS UTENSÍLIOS PESSOAIS, ALÉM DE UM MOSQUETÃO NA PARTE FRONTAL EXTERNA PARA PENDURAR CHAVES OU OUTROS ITENS. CONTÉM DOIS BOLSOS LATERAIS EM TELA SPACER REVESTIDA COM ESPUMA DE 5MM, COM DIMENSÕES DE 150MM DE ALTURA, 160MM DE LARGURA E 50MM DE ESPESSURA, E DOIS BOLSOS MEIA-LUA COM FECHAMENTO EM ZÍPER E SISTEMA DE VENTILAÇÃO ATRAVÉS DE TRÊS ILHÓSES DE 10MM DE DIÂMETRO, IDEAIS PARA TRANSPORTAR OBJETOS ÚMIDOS. SOBRE ESSES BOLSOS LATERAIS, SÃO APLICADAS DUAS TIRAS DE COMPRESSÃO EM FITA DE POLIÉSTER DE 20MM NA COR PRETA, COM FECHO ARANHA E PONTEIRA DE BORRACHA PARA MELHOR FIXAÇÃO E MANUSEIO. A ALÇA DE MÃO É REFORÇADA COM CABO DE AÇO E EMPUNHADURA EMBORRACHADA, FIXADA COM FITA CA DE 20MM E COSTURA DUPLA REFORÇADA. AS ALÇAS DE COSTAS SÃO ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM POLIÉSTER, COM ESPUMA PACK DE 10MM NA PARTE INTERNA E CONTORNO EM FITA DE 25MM, COM REGULAGEM EM FITA CA DE 20MM E PONTEIRA EMBORRACHADA OVAL PARA MELHOR AJUSTE. A FIXAÇÃO INFERIOR DAS ALÇAS É FEITA ATRAVÉS DE TRIÂNGULOS LATERAIS COM COSTURA DUPLA REFORÇADA. O COSTADO É ERGONÔMICO, ANTIESTRESSE, MODELO FREE AIR, CONFECCIONADO EM TELA SPACER DE 20MM DE ESPESSURA, COM SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE AR CENTRAL NO FORMATO OVAL DE 170MM X 220MM, ESTRUTURADO EM PVC DE 2MM DE ESPESSURA, REVESTIDO COM O MESMO POLIÉSTER DO CORPO DA MOCHILA. O COMPARTIMENTO PARA NOTEBOOK, LOCALIZADO NA PARTE COSTAL DA MOCHILA, É FORRADO E ACOLCHOADO, COM FECHAMENTO SUPERIOR EM ZÍPER Nº 12 E DOIS CURSORES. O ACESSO AO BOLSO DE NOTEBOOK DEVE SER FEITO PELA PARTE EXTERNA DA MOCHILA. A MOCHILA É TOTALMENTE FORRADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER COM GRAMATURA MÍNIMA DE 210G/M², COM COSTURAS INTERNAS DUPLAS E ACABAMENTO EM FITA DE POLIÉSTER DE 25MM. AS COSTURAS SÃO REFORÇADAS COM LINHA DE POLIAMIDA 60 E O FUNDO POSSUI REFORÇO EM EVA DE 6MM E ESPUMA PACK DE</p>	UNIDADE	120			
----	---	---------	-----	--	--	--

	8MM. A PERSONALIZAÇÃO PODE SER FEITA NOS BOLSOS FRONTAIS VIA SILK PLASTISOL, COM RELEVO MÍNIMO DE 1,5MM, OU BORDADO COMPUTADORIZADO, EM ÁREA MÁXIMA DE 120MM X 120MM, CONFORME A DEMANDA DO SETOR REQUISITANTE. A MOCHILA DEVE CONTER O LOGOTIPO DA ENTIDADE APLICADO EM APLICAÇÃO PLASTIFICADO COLORIDO NA FRENTE CENTRALIZADO TAMANHO 40MM X 25MM E LOGO ESTAMPADO NA FRENTE PARTE SUPERIOR COM LETRAS NO MÍNIMO 30MM DE ALTURA, CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE, OS CURSORES DOS ZÍPERES/PUXADORES DE METAL DEVEM SEREM PERSONALIZADOS CONFORME A NECESSIDADE DO DA CONTRATANTE.					
COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
26	MATERIAL PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: MALA DE BORDO: MALA RÍGIDA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - MALA DE BORDO ABS RÍGIDA 4 RODAS DUPLAS 360º - MATERIAL: ABS – 100% PERSONALIZADO - FECHAMENTO EM ZÍPER 8 REFORÇADO COM 2 CURSORES - ALÇAS: TELESCÓPICA 2 ESTÁGIOS EM ALUMÍNIO - ALÇAS DE MÃO SUPERIOR E LATERAL SUPER-RESISTENTES - CADEADO COM SEGREDO NUMÉRICO - BOLSO TELADO COM ZÍPER NA PARTE INTERNA - FORRAÇÃO INTERNA EM TECIDO DE POLIÉSTER - CINTA DE FIXAÇÃO ELÁSTICA COM TRAVA - PERSONALIZAÇÃO DIRETA NA MALA (ABS, 100% PERSONALIZADA), SEM LIMITE DE CORES, TAMANHOS. DE ACORDO COM NECESSIDADE DO SETOR SOLICITANTE. O CORPO DA MALA DEVE SER 100% PERSONALIZADO, EM IMPRESSÃO DIRETA NO ABS. DIMENSÕES: ALTURA: 55CM; LARGURA: 35CM; PROFUNDIDADE: 23CM POLEGADAS: 20" PESO: 2.950KG CARGA MÁXIMA: 10KG.	UNIDADE 880				
COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
27	MATERIAL PARA EQUIPE DE COMPETIÇÃO COMPOSTO POR: MALA DE BORDO: MALA RÍGIDA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - MALA DE BORDO ABS RÍGIDA 4 RODAS DUPLAS 360º - MATERIAL: ABS – 100% PERSONALIZADO - FECHAMENTO EM ZÍPER 8 REFORÇADO COM 2 CURSORES - ALÇAS: TELESCÓPICA 2 ESTÁGIOS EM ALUMÍNIO - ALÇAS DE MÃO SUPERIOR E LATERAL SUPER-RESISTENTES - CADEADO COM SEGREDO NUMÉRICO - BOLSO TELADO COM ZÍPER NA PARTE INTERNA - FORRAÇÃO INTERNA EM TECIDO DE POLIÉSTER - CINTA DE FIXAÇÃO ELÁSTICA COM TRAVA - PERSONALIZAÇÃO DIRETA NA MALA (ABS, 100% PERSONALIZADA), SEM LIMITE DE CORES, TAMANHOS. DE ACORDO COM NECESSIDADE DO SETOR SOLICITANTE. O CORPO DA MALA DEVE SER 100% PERSONALIZADO, EM IMPRESSÃO DIRETA NO ABS. DIMENSÕES: ALTURA: 55CM; LARGURA: 35CM; PROFUNDIDADE: 23CM	UNIDADE 120				

	POLEGADAS: 20" PESO: 2.950KG CARGA MÁXIMA: 10KG.					
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
28	CONFEÇÃO DE COLLANT DE GINÁSTICA RÍTMICA. ACOMPANHADO DE: SAIA TIPO: APRESENTAÇÃO. FEITOS ARTESANALMENTE EM TECIDO DE MALHARIA, DECORADO COM PEDRARIAS CUSTOMIZADAS STRASS COLADOS COM VARIADOS TAMANHO E FORMAS. A ARTE SERÁ DEFINIDA PARA CONFEÇÃO DOS UNIFORMES PELA – (DEFE), NA PROXIMIDADE DO EVENTO ESTIMATIVA: P: 80 PP: 100 M: 100 G: 20	CONJUNTO	300			
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
29	SUNGA PARA NATAÇÃO: FORRADO, COM ELÁSTICO DE APROXIMADAMENTE 25MM NA CINTURA, CORES DIVERSA, COMPOSIÇÃO APROXIMADA – 86% POLIAMIDA E 14% ELASTANO, GRAMATURA DO TECIDO MÍNIMA - 200 G/M², COM SILK NA FRENTE, TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. ESTIMATIVA: P: 200 M: 200 G: 100	UNIDADE	500			
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
30	MAIÔ PARA NATAÇÃO: COM DECOTE ESTILO "NADADOR", FORRADO, ALÇA LARGA, GOLA CARECA, CORES VARIADAS, COMPOSIÇÃO APROXIMADA – 86% POLIAMIDA E 14% ELASTANO, GRAMATURA DO TECIDO MÍNIMA - 200 G/M², COM SILK NA FRENTE, TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. ESTIMATIVA: P: 200 M: 200 G: 100	UNIDADE	600			
COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
31	TOALHA BANHO: TIPO DE BANHO, ADULTO, FELPUDA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO. DIMENSÕES: 0,80 X 1,40 M. COR: BRANCA COM A LOGOMARCA DA SEMTEL. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.	UNIDADE	750			
COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
32	TOALHA BANHO: TIPO DE BANHO, ADULTO, FELPUDA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO. DIMENSÕES: 0,80 X 1,40 M. COR: BRANCA COM A LOGOMARCA DA SEMTEL. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.	UNIDADE	250			
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
	CONJUNTO DE GINÁSTICA RÍTMICA PARA TREINO: TOP + SHORT EM MALHA COM					

33	<p>ELASTANO (LYCRA SUPLEX/MALHA FITNES) REGATA NADADOR EM MALHA COM ELASTANO (LYCRA SUPLEX/MALHA FITNES), TOP COM O BRASÃO DA PREFEITURA CONFECCIONADO EM ETIQUETA TERMOCOLANTE 100% POLIÉSTER QUE DEVERÁ SER LOCALIZADO À 8 CM ABAIXO DA GOLA DA CAMISA E CENTRALIZADO; BERMUDA CORSÁRIO / CICLISTA (ATÉ O JOELHO) EM MALHA COM ELASTANO (LYCRA SUPLEX/MALHA FITNES). TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>ESTIMATIVA: P: 100 M: 100 G: 100</p>	CONJUNTO	300			
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
34	<p>CHUTEIRA PARA FUTEBOL SOCIETY: (TÊNIS), NA COR PREDOMINANTE PRETA, COM DETALHES EM CORES DIVERSAS, FECHAMENTO POR AMARRAÇÃO EM CADARÇO, CABEDAL EM MATERIAL SINTÉTICO MACIO E LEVE QUE PROPORCIONA CONFORTO E DURABILIDADE, FORRO EM MATERIAL TÊXTIL, PALMILHA MACIA EM EVA MOLDADO, SOLADO DE BORRACHA QUE PROPORCIONA MAIOR ADERÊNCIA E TRAÇÃO DURANTE O SEU USO EM CAMPO ARTIFICIAL DE SOCIETY. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 1.000 28 AO 32 P:1.000 33 AO 35 M:1.000 36 AO 39 G:1.000 40 AO 44</p>	PAR	4.000			
35	<p>CHUTEIRA PARA FUTSAL: (TÊNIS), NA COR PREDOMINANTE PRETA, COM DETALHES EM CORES DIVERSAS, FECHAMENTO POR AMARRAÇÃO EM CADARÇO, CABEDAL EM MATERIAL SINTÉTICO MACIO E LEVE QUE PROPORCIONA CONFORTO E DURABILIDADE, FORRO EM MATERIAL TÊXTIL, PALMILHA MACIA EM EVA MOLDADO, SOLADO DE BORRACHA QUE PROPORCIONA MAIOR ADERÊNCIA E TRAÇÃO DURANTE O SEU USO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 1.000 28 AO 32 P:1.000 33 AO 35 M:1.000 36 AO 39 G:1.000 40 AO 44</p>	PAR	4.000			
	<p>TÊNIS PARA VÔLEI / BASQUETE / HANDEBOL: NA COR PREDOMINANTE PRETA, COM DETALHES EM CORES DIVERSAS, FECHAMENTO POR AMARRAÇÃO EM CADARÇO, CABEDAL EM MATERIAL SINTÉTICO MACIO E LEVE QUE PROPORCIONA CONFORTO, RESISTÊNCIA E</p>					

36	<p>DURABILIDADE, FORRO EM MATERIAL TÊXTIL, ENTRESSOLA MACIA EM EVA MOLDADO, COM SISTEMA DE AMORTECIMENTO E ABSORÇÃO DE IMPACTOS, PROPORCIONANDO ALTO CONFORTO DURANTE AS JOGADAS, SOLADO DE BORRACHA COM ÓTIMA ADERÊNCIA, CAPAZ DE EVITAR MARCAS NO SOLO, E QUE PROPORCIONA MAIOR ADERÊNCIA E TRAÇÃO DURANTE O SEU USO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>ESTIMATIVA: 12 ANOS: 1.000 28 AO 32 P:1.000 33 AO 35 M:1.000 36 AO 39 G:1.000 40 AO 44</p>	PAR	4.000			
37	<p>KIMONO KARATÊ: BÁSICO UNIFORME PRÉ-ENCOLHIDO. ACOMPANHA FAIXA BRANCA. TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA DE 330 G/M². BLUSA SEM COSTURA NAS COSTAS E NOS OMBROS, GOLA COM 6 COSTURAS ALINHADAS, CALÇA COM ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA. • TAMANHO INFANTIL – M0, M1 E M2. • TAMANHO ADULTO – A1, A2, A3 E A4. A ARTE SERÁ DEFINIDA PARA CONFECÇÃO DOS UNIFORMES PELO DEPARTAMENTO DO PROJETO ESPORTIVO CONSTRUINDO CAMPEÕES, NA PROXIMIDADE DO EVENTO.</p> <p>ESTIMATIVA: 06 A 09 ANOS: (50-M.0 – 50-M- 50- 2-M2) 10 A 12 ANOS: (50- M3 – 50-M4 – 50- A0) 13 A 14 ANOS: (50-A1 – 50-A0) 15 A 17 ANOS (50-A1 – 50-A2)</p>	UNIDADE	550			
38	<p>KIMONO PARA TAEKWONDOO (DOBOK): TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA DE 330 G/M². COMPOSTO POR 02 PEÇAS: UMA CALÇA E TÚNICA EM GOLA FORMATO “V”. AS BAINHAS DAS MANGAS SÃO REFORÇADAS, A CALÇA É DE CINTURA ELÁSTICA COM CADARÇO DE AMARRAÇÃO E BAINHA REFORÇADA, COM COSTURA DUPLA ENTRE AS PERNAS PARA MAIOR MOBILIDADES DO MOVIMENTO. ACOMPANHA FAIXA BRANCA. • TAMANHO ADULTO – A1, A2, A3 E A4 • TAMANHO INFANTIL – M0, M1 E M2. A ARTE SERÁ DEFINIDA PARA CONFECÇÃO DOS UNIFORMES PELO DEPARTAMENTO DO PROJETO ESPORTIVO CONSTRUINDO CAMPEÕES, NA PROXIMIDADE DO EVENTO.</p> <p>ESTIMATIVA: 06 A 09 ANOS: (50-M.0 – 50-M- 50- 2-M2) 10 A 12 ANOS: (50- M3 – 50-M4 – 50- A0) 13 A 14 ANOS: (50-A1 – 50-A0) 15 A 17 ANOS (50-A1 – 50-A2 – 50-A3)</p>	UNIDADE	550			
	<p>KIMONO PARA JUDÔ MODELO: TRANÇADO, COR BRANCO E AZUL. TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO,</p>					

39	<p>GRAMATURA DE 330 G/M². ACOMPANHA FAIXA BRANCA. BLUSA EM TECIDO “TRANÇADO” COM GRAMATURA = 330GRS/M², COM ENCOLHIMENTO DE 5% JÁ COMPENSADO NA MODELAGEM. MEDIDAS DE ACORDO COM REGRA 2014. BLUSA COM GOLA REFORÇADA (REVESTIDA EM LONA K10), E REFORÇO COM TECIDO DUPLO NOS OMBROS, PEITO, COSTA, AXILAS. CALÇA DE BRIM GROSSO, COM GRAMATURA = 330GRS/M², COM CORDÃO E REFORÇO EM TECIDO DUPLO DESDE O JOELHO ATÉ A BARRA. • TAMANHO MASCULINO ADULTO – M4, A1, A2, A3, A4 E A5. TAMANHO INFANTIL – M0, M1, M2, M3, M4 E JR. A ARTE SERÁ DEFINIDA PARA CONFECÇÃO DOS UNIFORMES PELO DEPARTAMENTO DO PROJETO ESPORTIVO CONSTRUINDO CAMPEÕES, NA PROXIMIDADE DO EVENTO.</p> <p>ESTIMATIVA: 06 A 09 ANOS: (50-M.0 – 50-M- 50- 2-M2) 10 A 12 ANOS: (50- M3 – 50-M4 – 50- A0) 13 A 14 ANOS: (50-A1 – 50-A0) 15 A 17 ANOS (50-A1 – 50-A2 – 50-A3</p>	UNIDADE	550			
40	<p>KIMONO PARA JIU JITSU MODELO: COM FAIXA BRANCA, TECIDO: BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA DE 330 G/M². TECIDO TRANÇADO RESISTENTE E LEVE (330 G/M²), COM SAIA. CALÇA, CONFECCIONADA EM BRIM 100% ALGODÃO, (330 G/M²) COM REFORÇO EXTRA NOS JOELHOS. COM O BRASÃO DA PREFEITURA CONFECCIONADO EM ETIQUETA TERMOCOLANTE 100% POLIÉSTER QUE DEVERÁ SER LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL, LADO ESQUERDO. • TAMANHO INFANTIL – M0, M1, M2, M3 E M4. A ARTE SERÁ ENVIADA PARA CONFECÇÃO DOS UNIFORMES PELO DEPARTAMENTO DO PROJETO ESPORTIVO CONSTRUINDO CAMPEÕES, NA PROXIMIDADE DO EVENTO.</p> <p>ESTIMATIVA: P:200 M:200 G:200</p>	UNIDADE	550			
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
41	<p>SAPATILHA DE BALLET E GINÁSTICA: MEIA PONTA, EM LONA, COM 02 OVINHOS NA SOLA, ELÁSTICO NO PEITO DO PÉ, FORRO EM ALGODÃO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p> <p>ESTIMATIVA: P:100 M:100 G:100</p>	PAR	300			
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
42	<p>SAPATILHA DE PONTA PARA BALLET: SOLADO EM COURO, CABEDAL EM CETIM, PALMILHA INTEIRA, COM FITA E ELÁSTICO. TAMANHOS INFANTIL E ADULTO (03 ANOS AO GG). COR A DEFINIR. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS.</p>	PAR	300			

	ESTIMATIVA: P:100 M:100 G:100					
43	KIT BALLET: CONTENDO COLLANT DE BALLET REGATA ADULTO OU INFANTIL, EM HELANCA LIGHT 100% POLIÉSTER, GRAMATURA DE 260 G/M² (TOLERÂNCIA DE +/- 5%), C/ DECOTE EM U; SAIA DE BALLET ADULTO OU INFANTIL, EM HELANCA LIGHT 100% POLIÉSTER, GRAMATURA DE 260 G/M² (TOLERÂNCIA DE +/-5%), DE TRANSPASSAR; MEIA CALÇA DE BALLET, ADULTO OU INFANTIL, EM HELANCA, COM PÉ – FIO 60; CESTINHA DE RENDA PARA COQUE, EM POLIAMIDA, TAMANHO ÚNICO; FAIXA PARA CABEÇA, COM NÓ, EM HELANCA 100% POLIAMIDA, GRAMATURA DE 280G/M² (TOLERÂNCIA DE +/- 5%). TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE E DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. ESTIMATIVA: P:100 M:100 G:100	KIT	300			
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
44	UNIFORME PARA A EQUIPE DE CICLISMO COMPOSTA DE 01 CAMISA PARA CICLISMO E 01 BRETELLE DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA PARA CICLISMO: CAMISA DE CICLISMO EM MALHA DRY 100% POLIÉSTER, GRAMATURA DE 130 G/M², COM TRATAMENTO TRUELIFE DRY, ZÍPER FULL COM GRIP E TECNOLOGIA STAND BY, PROTEÇÃO UV EQUIVALENTE A UM FILTRO SOLAR FATOR 50 E TRATAMENTO BACTERICIDA À BASE DE PRATA, AS LATERAIS VEM COM TECIDO 100% POLIÉSTER, COM MICROPOROS, MOLDE EUROPEU, BORRACHA PERSONALIZADA E COM SUBLIMAÇÃO E COM SILK DO BRASÃO DA PREFEITURA. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE BRETELLE ELITE FORRO DUAL PRO CICLISMO: PRODUZIDO COM TECIDO EMANA, CRISTAIS BIOATIVOS QUE AUXILIAM NA REDUÇÃO DE FADIGA MUSCULAR; TECIDO DE POLIAMIDA COM LYCRA QUE PERMITE FLEXIBILIDADE E CONFORTO; PROTEÇÃO SOLAR UV PROTECTION 50+ PERMANENTE QUE PROTEGE A PELE DOS RAIOS UVA E UVB; COSTURAS PLANAS EVITAM O INCÔMODO EM CONTATO COM A PELE E OFERECEM MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; PROPORCIONA UM MENOR ACÚMULO DE ÁCIDO LÁCTICO NO MÚSCULO; CONCEITO EASY CARE: FÁCIL DE LAVAR, SECA RAPIDAMENTE E NÃO PRECISA SER PASSADO A FERRO; CONCEITO ECO FRINDLY: CONSOME MENOS TEMPO E ENERGIA NA MANUTENÇÃO DO PRODUTO. FORRO: REVESTIDO EM MALHA THERMOSENSE DE POLIAMIDA SUPPEX, QUE PROPORCIONA O TOQUE MACIO DO ALGODÃO COM MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, FIO LYCRA QUE OFERECE CONFORTO, FLEXIBILIDADE E LIBERDADE DE MOVIMENTO. ÓTIMA RESPIRABILIDADE E GERENCIAMENTO DA UMIDADE. SUA CONSTRUÇÃO ERGONÔMICA EM TRIDENSIDADE PERMITE AMORTECIMENTO NAS ÁREAS DE MAIOR PRESSÃO E CONFORTO ANATÔMICO NAS DEMAIS PARTES. CONFORTÁVEL E AJUSTE PERFEITO AO CORPO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. ESTIMATIVA: P:25	CONJUNTO	100			

	M:25 G:25 GG:25					
45	FAIXAS DE GRADUAÇÃO DE JUDÔ COM CORES VARIADAS E TAMANHOS 2,20 M E 2,60 M. A FAIXA DEVERÁ CONTER COSTURAS ALINHADAS, PONTEIRA DE 20CM E ESPESSURA 4 MM, CONFORME NORMA CBJ. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	300			
46	FAIXAS DE GRADUAÇÃO DE TAEKWONDO COM CORES VARIADAS E TAMANHOS 2,20 M E 2,60M. A FAIXA DEVERÁ CONTER COSTURAS ALINHADAS, PONTEIRA DE 20CM E ESPESSURA 4 MM, CONFORME NORMA CBTGD. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	300			
47	FAIXAS DE KARATÊ. FAIXA HOMOLOGADA PELA CBK. CORES VARIADAS. PRODUZIDA COM NÚCLEO E COBERTURA DE 100% ALGODÃO, COM ESPESSURA MÉDIA DE 5 MM E COBERTA COM SARJA FORTE ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. POSSUI 10 COSTURAS ALINHADAS E REFORÇADAS PARA RESISTÊNCIA E BELO ACABAMENTO. LARGURA DE 4 CM (PADRÃO). TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	300			
PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA						
48	CONJUNTO DE UNIFORME ESPORTIVO PARA OS ALUNOS DO PROJETO CONSTRUINDO CAMPEÕES (CAMISA E BERMUDA) DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA V DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. BERMUDA: DRY FIT EM POLIÉSTER 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM DETALHES NA BARRA E LATERAIS, EM SUBLIMAÇÃO E CORES VARIADAS, ELÁSTICO DE 50MM NA CINTURA COM CORDÃO, COM DETALHES LATERAIS COM LOGOTIPOS CONFORME MODELO ANEXO . O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS COMPOSTA POR TODOS OS ITENS QUE COMPÕEM OS CONJUNTOS, SEPARADOS EM EMBALAGENS POR TAMANHO. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE. ESTIMATIVA: TAM. 6 ANOS – 800 TAM. 8 ANOS – 800 TAM. 10 ANOS – 800 TAM. 12 ANOS – 800 TAM. PP – 800 TAM. P – 800 TAM. M – 800 TAM. G – 400 TAM. GG - 400	CONJUNTO	6400			
49	CAMISA ESPORTIVO PARA ATENDER OS ALUNOS DOS PROJETOS QUALIDADE DE VIDA, JOGOS ESCOLARES, JOMTI, APOIO A EVENTOS E JIR DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. CAMISA: CAMISA GOLA V DRY FIT EM 100% POLIÉSTER FIO 75/72 COM TRATAMENTO HIDRÓFILO E MICROFILAMENTO, EM SUBLIMAÇÃO, CORES VARIADAS. COM LOGOTIPOS CONFORME ARTE MODELO ANEXO PARA SER APLICADO EM SUBLIMAÇÃO. ESTIMATIVA: TAM. PP – 1.900	UNIDADE	9.500			

	TAM. P – 1.900 TAM. M – 1.900 TAM. G – 1.900 TAM. GG – 1.900					
50	COLETE ESPORTIVO: COLETE ESPORTIVO CONFECCIONADOS EM TECIDO 100% POLIÉSTER, COM GRAMATURA DE 120 G/M2, DUPLA FACE, COM VARIAÇÃO DE +/- 5%, NAS SEGUINTE CORES VARIADAS (CORES A SEREM DEFINIDAS DO ATO DA SOLICITAÇÃO). OS COLETES DEVERÃO TER ACABAMENTO EM VIÉS DO MESMO TECIDO DOS COLETES NA COR PRETA NA GOLA E NAS LATERAIS, FECHAMENTO NA LATERAL. TODOS OS COLETES DEVERÃO CONTER A LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, BEM COMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL NA FRENTE NO TAMANHO DE 20 X 10 CM EM SILK SCREEN. TUDO CONFORME LAYOUT FORNECIDO PELA CONTRATANTE DE CORES E TAMANHOS VARIADOS. ESTIMATIVA: TAM. 6 ANOS – 800 TAM. 8 ANOS – 800 TAM. 10 ANOS – 800 TAM. 12 ANOS – 800 TAM. PP – 800 TAM. P – 800 TAM. M – 800 TAM. G – 400 TAM. GG – 400	UNIDADE	E6.400			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Escrever por extenso) R\$ -----.

_____(Local), _____ de _____ de 20__.

OBSERVAÇÃO: Os materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Declaramos que todos os impostos, taxas, inclusive frete, bem como quaisquer outras despesas estão inclusos na presente proposta.

Declaramos ainda que, o Banco, a Agência e a Conta Corrente, informados nesta proposta, serão únicos e exclusivos para todos os recebimentos relativos ao cumprimento das Obrigações Contratuais. (Conforme exigência da Lei Municipal nº 2016 de 11 de junho de 2012.

CARIMBO DO CNPJ:
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA
(CARIMBO OU NOME LEGÍVEL E CARGO, RG e CPF)

ANEXO III - DO EDITAL

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM
AGENTE PÚBLICO

À

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N. -----/SMCL/PVH

PROCESSO N. -----

A Empresa _____,
inscrita no CNPJ sob n. _____, por intermédio de seu representante
legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de
Identidade n. _____ e inscrito no CPF sob n. _____,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico em
referência, que ***inexiste em seu quadro de sócios ou empregados pessoas com
vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro
grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do
quadro da Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO, nos cargos de direção e
chefia ou de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus
agentes políticos.***

DECLARA ainda, após examinar as exigências do referido Edital de **PREGÃO
ELETRÔNICO**, que não infringe ao disposto no art. 14, inciso IV da Lei n.
14.133/2021.

CIDADE - ESTADO, _____ de _____ de 2026.

.....

(representante legal).

ANEXO IV - DO EDITAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº -----/20----SMCL/PVH

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e _____ (20__), o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede _____, neste ato representada pelo Secretário Municipal _____, RG. _____ SSP/RO, CPF. _____, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro as empresas: _____ **CONTRATADA**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no **PROCESSO** _____ e homologada à e-doc. _____, referente o Pregão Nº _____/20__/_SMCL/PVH, visando atender as necessidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações no âmbito do Município de Porto Velho, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **Contratação de empresa especializada em fornecimento de uniformes/calçados**, visando atender a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/20__/_SMCL/PVH**, para o **REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__/_SMCL/PVH**.

1.2. Dos preços, especificações e quantitativos registrados

1.2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
ITEM	Especificação	Marca (e Modelo se for o caso)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
X						

1.2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DA VALIDADE DA ATA

2.1. Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da sua publicação no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM)** e sua divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações - PNCP)**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso conforme o Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as

regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

3.2. Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos **itens/lotos** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do **Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotos registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.5. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III. Prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

4.1.3. Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

4.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aplicável ao período e ao objeto contratual.

4.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

5.2. Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I. Requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II. Documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) Notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) Lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) Tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) Comprovante de transporte de mercadorias;

e) Outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

5.3. A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

5.3.1. Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de mercado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023,

publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

5.4. É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

5.5. Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

5.6. Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1**, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

5.7. Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.8. Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

5.9. No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

5.10. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9**, desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.12. O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

5.13. O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Secretaria-Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SMCL, para eventual homologação.

5.14. Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

5.15. Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

6.1. É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

6.2. Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

- a) A solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;
- b) A justificativa para a alteração pretendida;
- c) A comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;
- d) Comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;
- e) O laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;
- f) O laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

6.2.2. O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis antes da emissão do empenho.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

- I.** Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- II.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III.** Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV.** Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
- V.** Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI.** Estiver presentes razões de interesse público.

7.1.1. No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

7.1.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

7.1.4. Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

7.1.5. O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo

vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados

7.2.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público;

II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

8.1. Serão fornecedores do objeto desta, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

8.2. O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

8.3. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

8.4. Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues no prazo estipulado pelo Termo de Referência e acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

8.5. O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, **mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

8.6. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE

11.1. Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:

13.1.1. Conforme advertências e multas constantes no [Termo de Referência – Anexo](#)

I deste Edital.

13.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

13.2.1. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13.2.2. A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.2.3. A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

14.2. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

14.3. A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

14.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo do Edital de Licitação – _____”, o **Edital de Licitação - PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20__/SMCL/PVH** e a proposta da Contratada.

14.5. Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho ____ de ____ de 20__.

Secretário

Agente de Contratação/Pregoeiro

Empresa do Preço Registrado
(Fornecedor)

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

ARP Nº __/20__/SMCL/PVH

PROCESSO Nº -----

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/20__/SMCL/PVH

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 58, do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, segue, abaixo, relação dos licitantes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) ITEM(S) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoantes registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de realização da sessão pública do pregão.

LOTE da ARP	DESCRIÇÃO	MARCA	FORNECEDOR/ CLASSIFICADO QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME	ORD. CLASSIFICADO

MINUTA DE CONTRATO

(QUANDO FOR O CASO)

ESTA CONTRATAÇÃO ESTÁ REGIDA POR INSTRUMENTO EQUIVALENTE AO CONTRATO

“O art. 95, da Lei nº 14.133/2021 prevê a substituição do instrumento do contrato nas situações de ‘compras com entrega imediata’ dos quais ‘não resulte obrigações futuras’.

§1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei. (Destacamos.)

A nota de empenho de despesa está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Licitação e seus anexos;



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Moreira De Almeida Mourao, Agente**, em 18/05/2026, às 11:29, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0935433** e o código CRC **2A8390EA**.

